AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

CIDONEA MACHADO DEPONTI; JALCIONE ALMEIDA;

UFRGS/PGDR

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

cidonea@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

CIDONEA MACHADO DEPONTI; JALCIONE ALMEIDA;

UFRGS/PGDR

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

cidonea@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Desenvolvimento Rural, Territorial e regional

SOBRE O PROCESSO DE MEDIAÇÃO SOCIAL NOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Grupo de Pesquisa: Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo

A mediação social é um tema que nos últimos anos vem ganhando espaço nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mais especificamente, nas questões referentes à intervenção para o desenvolvimento. Este processo compreende uma relação que se apresenta como uma "via de mão dupla", ou seja, a via representa a relação, uma das mãos é os mediadores, e a outra é os mediados. Portanto, no processo de mediação há reflexos para todos os lados, tanto mediadores como mediados afetam e são afetados pelo processo. A mediação pode ser compreendida como um conjunto de saberes, idéias, valores, crenças, conhecimentos, modos de comportamento e visões de mundo que são transmitidas com o objetivo de construção de novas posições e identidades. A mediação se ancora no reconhecimento de um saber-fazer por parte dos mediados e na troca de conhecimentos ou saberes técnicos e científicos com mediadores. Este artigo objetiva compreender a mediação social, justamente porque se tem dado pouca importância a este tema e à reflexão crítica sobre o trabalho realizado por profissionais especializados na mediação relacionada à extensão e ao desenvolvimento rural. Para isso, primeiramente, será feita uma breve exposição sobre o tema da mediação social, destacando seu conceito, objetivo e composição. Num segundo momento, apresenta-se três abordagens teóricas[1] e se estabelece uma análise comparativa das mesmas, identificando-se as potencialidades e os possíveis usos de tais concepções. A compreensão da mediação realizada por técnicos vinculados a instituições através da análise da intervenção social poderá permitir o desvelar dessas ações e evitar simplificações sobre a própria mediação.
Palavras-chaves: desenvolvimento rural, projetos de desenvolvimento e mediação social

Abstract

The social mediation is a theme that in the last years it comes winning space in the discussions on the rural development, more specifically, in the referring subjects to the intervention for the development. This process understands a relationship that comes as a " road of two-way ", that is to say, the road represents the relationship, one of the hands is the mediators, and the other is they mediated. Therefore, in the mediation process there are reflexes for all the sides, so much mediators as having mediated affect and they are affected for the process. The mediation can be understood as a group of you know, ideas, values, faiths, knowledge, manners of behavior and world visions that are transmitted with the objective of construction of new positions and identities. The mediation is anchored in the recognition of a to know-do on the part of mediated them and in the change of knowledge or you know technicians and scientific with mediators. This article objectifies to understand the social mediation, exactly because given little importance is had to this theme and the critical reflection on the work accomplished by professionals specialized in the mediation related to the extension and the rural development. For that, firstly, it will be made a brief exhibition on the theme of the social mediation, highlighting its concept, objective and composition. In a second moment, it comes three theoretical framework and it settles down a comparative

[1] Trata-se das abordagens da sociologia crítica de Pierre Bourdieu, da teoria do Ator-Rede (ANT) e da perspectiva voltada ao ator (Van der Ploeg e Long).

analysis of the same ones, identifying the potentialities and the possible uses of such conceptions. The understanding of the mediation accomplished by linked technicians the institutions through the analysis of the social intervention can allow the to watch of those actions and to avoid simplifications about the own mediation.
Key Words: rural development, development projects and social mediation

1. MEDIAÇÃO SOCIAL

Apesar de este processo ter sido pouco estudado, o tema da mediação, nos últimos anos, vem ganhando espaço nas discussões sobre o desenvolvimento rural, mais especificamente nas questões referentes à intervenção para o desenvolvimento.

Conforme Sardan (1995), não faltam escritos normativos descrevendo a missão dos agentes de desenvolvimento ou elogiando os méritos de determinado método aplicado. No entanto, apesar da imensa literatura sobre esse tema, há carência de discussões sobre os agentes de desenvolvimento no tocante à análise de suas práticas, de suas dificuldades e de sua "real" inserção no meio rural. Para este autor, é legítimo conhecer, inquirir e avaliar suas estratégias pessoais, seus malogros e as contradições às quais a sua posição se expõe.

A idéia de desenvolvimento rural requer um repensar ou redefinir da atuação dos agentes que promovem ou buscam o desenvolvimento rural. Esses agentes constituem-se em mediadores sociais[2] e estabelecem relações com os agricultores que se configuram num processo de mediação.

A mediação é uma relação que apresenta uma dupla imbricação. Segundo Neves (1998, p. 151-152), ela "alude à conciliação diante de divergências ou da intervenção de outrem com o objetivo de propor o acordo ou o compromisso". A mediação é a institucionalização de um sistema de regras que mobilizam a mudança de comportamento e que visam a reduzir a desarmonia entre visões de mundo e a promover um diálogo entre elas.

O exercício da mediação apresenta instrumentos de aplicação e formas de objetivação muito diversas. Essas múltiplas formas de mediação permitem a interligação de mundos diferenciados e pressupõem a ruptura com o modo de pensar e se comportar tanto de mediadores quanto de mediados.

O mediador reporta-se àquela figura que assume o papel de estabelecer a ponte entre partes diferentes e, muitas vezes, divergentes, com o objetivo de solucionar conflitos e obter a conciliação entre os distintos grupos com diversos interesses. O mediador é um agente externo ao grupo mediado, raramente dominando, de forma integral, os códigos estabelecidos pelos mediados em suas ações. O mediador só existe interligado a uma rede de relações que lhes confere tal status (OLIVEIRA, 2004).

O mediador possui, portanto, uma "aura de legitimidade" que está associada aos capitais simbólico, cultural, político, social e ao poder instituído por uma

[2] Há vários agentes sociais que se configuram em mediadores sociais, tais como: organizações não-governamentais (ONGs), associações de agricultores, instituições de extensão rural e pesquisa tecnológica, empresas, universidades, igreja, Emater, Embrapa, sindicatos, líderes comunitários, etc..

determinada organização que lhe permitem solucionar conflitos com vistas a uma conciliação entre grupos com diferentes interesses (OLIVEIRA, 2004, p. 37).

A mediação configura-se na atuação daquele agente que, detentor de um poder institucionalizado por uma organização, assume o papel de aproximar grupos diferentes com interesses distintos. O mediador estabelece uma aliança entre esses dois mundos olhando em duas direções ao mesmo tempo.

1.1. Mediação e desenvolvimento rural

Segundo Sardan (1995), o desenvolvimento sob a sua forma operacional (serviços técnicos ou projetos) transita "inelutavelmente" por agentes de desenvolvimento, que constituem a interface incontornável entre um projeto e os seus destinatários.

O nome destes agentes de desenvolvimento varia de acordo com os seus domínios de intervenção e as suas competências. Os agentes de desenvolvimento podem ser representados por técnicos agrícolas, extensionistas, agrônomos, veterinários, agentes de saúde, enfermeiros, agentes de alfabetização, assistentes sociais e educadores.

É através dos mediadores ou agentes de desenvolvimento que as instituições de desenvolvimento passam a se dirigir aos destinatários ou público-meta. Os mediadores devem passar as mensagens técnicas, sensibilizar e conscientizar os agricultores, tudo ocorrendo como se estes agentes de desenvolvimento fossem ou devessem ser transparentes realizando uma transmissão de conhecimentos (SARDAN,1995).

Através dos agentes de desenvolvimento ou mediadores entram em interação dois mundos, ou melhor, duas visões de mundo, dois sistemas de sentido. O exercício da mediação é constituído pela difusão e construção de saberes, comportamentos, idéias e valores que serão transmitidos e irão propiciar a incorporação de novos comportamentos, identidades e visões de mundo.

Os agentes de desenvolvimento rural geralmente estão vinculados a um projeto de desenvolvimento em que as idéias, as previsibilidades e as intenções dos mediados se expressam por um exercício de encontro e de confronto com os objetivos institucionais que os mediadores representam. Forma-se assim uma arena, que é um lugar de confrontações concretas de agentes sociais em interação. Logo, um projeto de desenvolvimento é uma arena que não é neutra, porque apresenta conflitos entre os grupos estratégicos[3].

Para análise da intervenção através de projetos de desenvolvimento, a utilização do conceito de arena, ao invés do conceito de campo de Bourdieu, apresenta um poder descritivo mais forte. O conceito de campo reporta a um mercado, no sentido

[3] Grupos estratégicos aparecem como agregados sociais mais empíricos que defendem interesses comuns. Esta noção é essencialmente de ordem empírica e metodológica, ela supõe que numa coletividade dada, todos os atores não têm nem os mesmos interesses, nem as mesmas representações e que, segundo os problemas, seus interesses e suas representações agregam-se diferentemente, mas não importa como (SARDAN, 1995).

metafórico, onde os atores dotados de capitais diversos (econômico, simbólico, cultural, social) estão em concorrência. O campo é certo tipo de estrutura atomizada composto de instituições e de agentes especializados. Essas estruturas são interiorizadas por esses agentes através de um *habitus* que gera suas práticas.

A opção pelo conceito de arena não exclui o conceito de campo, pois a abordagem teórica de Bourdieu considera o *habitus*, os campos e os capitais como elementos centrais. A noção de arena é de ordem mais interacionista e política, aproximando-se mais da realidade empírica da intervenção, porque não seria possível definir um único campo de atuação dos mediadores, já que eles incorporam os capitais que se formam em vários campos, por exemplo, os mediadores utilizam um jargão baseado no campo técnico-científico, mas sua atuação é no espaço social da extensão. Por isso a idéia de arena torna-se mais precisa, colocando em jogo duas acepções de poder; grupos estratégicos heterogêneos se afrontam, movidos por interesses (materiais e simbólicos) mais ou menos compatíveis, dotados de poderes relacionais distribuídos de forma desigual.

> Conforme Neves (1998), os mediadores não atuam como o elo de união de mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios constroem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação.

Os tipos de mediação que são realizados pelos agentes de desenvolvimento são múltiplos. Dentre eles, Sardan destaca que o agente de desenvolvimento tem uma dupla função: a) de "porta-voz" dos conhecimentos técnico-científicos e b) de mediador entre estes conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos populares.

Este duplo papel não existe sem assinalar a "injunção contraditória", que se manifesta, de um lado, pelo fato de o agente de desenvolvimento exaltar os conhecimentos técnico-científicos contra os conhecimentos populares, e, de outro, unir um com o outro (SARDAN, 1995).

Para Sardan, esta contradição "real" é mascarada na medida em que as instituições de desenvolvimento atribuem oficialmente ao agente de desenvolvimento só um destes dois papéis. Consideram-no, sobretudo, como um porta-voz dos conhecimentos técnico-científicos, e o formam para essa missão. Não há um ensinamento sobre seu papel de mediador entre diferentes conhecimentos, e assim ele deve ser, simultaneamente, o divulgador, o missionário, o propagandista, o animador, o técnico, o retransmissor.

De acordo com esse autor, o papel esquecido ou ocultado de mediador parece extremamente adequado à sua função real, já que o agente de desenvolvimento deve operar a "transplantação" de uma mensagem técnica (procedente do discurso científico) num sistema de significações próprias a uma população rural específica.

Conforme Neves (1998), os mediadores tendem a atribuir a si um papel de salvador ou emancipador, principalmente por dois motivos: pela transmissão de outras visões de mundo aos mediados; e, pela incorporação de saberes diversos (capitais) daqueles apresentados pelo grupo mediado. A experiência de vida acumulada pelo mediado é, muitas vezes, desqualificada e negada. Os agricultores são vistos,

simplesmente, como destinatários passivos, não como ativos na elaboração de estratégias referentes a seus próprios projetos (LONG, 2001).

Sardan (1995) afirma que os agentes de desenvolvimento não são necessariamente conscientes de seu papel de mediador, na medida em que é precisamente o seu papel de porta-voz que sempre é posto em evidência, sendo definido e legitimado por uma "competência técnica" (no campo do saber técnico-científico).

Sardan, ainda, destaca a necessidade de constatar outra competência, que não lhes é fornecida. Na quase totalidade dos casos, os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma denegação e uma rejeição dos conhecimentos populares. A capacidade de conhecer e de compreender os conhecimentos populares está no centro da função de mediador que deve também ser a função do agente de desenvolvimento, pois este se configura como um mediador.

Neves salienta que os mediadores se apresentam como quem sabe o que deve ser produzido, a direção que deve ser impressa ao processo e o que vai acontecer. Entretanto, os mediadores não têm controle sobre este processo, eles próprios desconhecem o tipo e a prática de mediação que encarnarão nesta relação. Lidam com as resistências derivadas dos desacordos, dos desencontros de significados e de valores atribuídos a recursos materiais e simbólicos. Mesmo na aceitação lidam com reinterpretações e reapropriações (NEVES, 1998).

De acordo com a autora acima mencionada, não dispondo das competências necessárias à mediação entre conhecimentos, os agentes de desenvolvimento asseguram esta mediação de maneira imprópria ou unilateral. No entanto, de qualquer modo, a mediação ocorrerá, em boas ou más condições, com os seus equívocos e seus deslizes ou desvios de sentidos. As citações do discurso técnico-científico passadas pelos mediadores serão inelutavelmente reinterpretadas pelo agricultor no interior do seu próprio sistema de conhecimentos e de sentidos.

O papel de mediador tem, ainda, outras facetas, de acordo com Sardan (1995). No processo de mediação não são simplesmente conhecimentos que se confrontam ao redor de uma operação de desenvolvimento, mas também comportamentos, práticas, interesses, lógicas e estratégias respectivas, múltiplas, diversificadas, ambíguas e flutuantes.

Os agentes de desenvolvimento situam-se no lugar de encontro destas táticas e destas estratégias. Estes agentes têm de assumir uma função de mediação, à qual são pouco ou mal preparados. Compreender as lógicas de ação do grupo, conhecer as diversas forças presentes numa localidade, analisar as capacidades do grupo, apreciar os desafios políticos, econômicos e simbólicos locais demandam uma escuta e um saber-fazer (SARDAN,1995).

A aplicação local de um projeto de desenvolvimento coloca o agente de desenvolvimento, necessariamente, como um gestor, bem ou mal preparado, consciente ou não, com ou sem controle, das relações de força e dos compromissos.

A esse respeito, segundo Sardan (1995), os agentes de desenvolvimento têm de assumir uma tripla função permeada de contradições e de ambigüidades, quais sejam: a defesa dos seus próprios interesses pessoais; a defesa dos interesses de sua instituição; e a mediação entre os diversos interesses dos outros atores e das facções locais. Através

desta "missão impossível", o agente de desenvolvimento aparece como um ator bastante específico da arena local.

Para Neves (1998), o papel social dos mediadores não pode ser entendido se não se considera o caráter extremamente contraditório no que se constitui. O exercício de mediação apresenta frutos de sua dinâmica que são os conflitos. A contradição inerente ao processo de mediação não pode ser superada, mas deve ser constantemente gerida e questionada.

Para Sardan, em torno das ações de desenvolvimento, dois mundos entram em contato. Poder-se-ia falar de duas culturas, dois universos de significações, dois sistemas de sentido. De um lado, há a configuração de representações dos destinatários, dos desenvolventes, dos recipientes, dos mediados. De outro, há a configuração de representações das instituições de desenvolvimento e seus operadores, dos agentes de desenvolvimento, dos desenvolvidos, dos mediadores. É em torno de tentativas de transferência de saber-fazer que estes dois conjuntos de saberes e de significações entram em relação (SARDAN, 1995).

2. AS ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A MEDIAÇÃO SOCIAL: LIMITES E POTENCIALIDADES

Primeiramente, discute-se as limitações das três abordagens teóricas propostas para a mediação social

2.1. A perspectiva orientada ao ator

A abordagem orientada ao ator é acusada de negligenciar as relações sociais e/ou o amplo cenário estrutural e centrar suas explicações de forma demasiada na agência e na racionalidade instrumental dos indivíduos. Em outras palavras, na perspectiva do ator, como o próprio nome já ressalta, os atores são totalmente capazes de transformar a realidade, traçar suas estratégias e responder diferentemente às circunstâncias similares. Então, pergunta-se: qual o peso da estrutura nestas ações? Se a noção de agência visa a conciliar a estrutura e a ação, será que esta noção consegue realizar esta conciliação? Embora esta abordagem não exclua a idéia de estrutura, talvez se fixe demasiado na capacidade dos atores. Os atores podem tudo.

Long e Ploeg (1994) respondem a esta crítica destacando que não negam o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores. A análise do ator não deseja excluir a idéia de estrutura, mas considerar a construção das relações sociais específicas como tema central na análise.

Os autores destacam que a abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições; permite explorar os valores locais e conhecimentos, descortinar os detalhes do “vivido nos

mundos da gente". De acordo com Long (2001), esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e culturalistas e como um novo modo de conceituar as complexidades e dinâmicas da vida social.

Long e Ploeg (1994) igualmente criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e desconsideram a heterogeneidade como traço estrutural e não casual do desenvolvimento rural.

Outro ponto que deve ser esclarecido é que a perspectiva do ator é, muitas vezes, confundida com a abordagem do planejamento participativo. É necessário deixar claro que os autores consideram esta última abordagem insuficiente, porque suas propostas representam interesses específicos, na maioria das vezes, diversos das expectativas e dos projetos dos atores envolvidos. Além disso, alguns grupos são selecionados para serem empoderados, sem uma análise cuidadosa do conhecimento da dinâmica de implicação do poder nos projetos dos atores envolvidos. O empoderamento não depende, no primeiro momento, de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de *experts* que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de interface e de negociação (LONG, 1994;1995).

Long ainda destaca que a imagem que se transmite na proposta participativa é a de agentes de desenvolvimento externos dotados de poder, que o transmitem a agricultores despossuídos do mesmo até o momento em que se inicia a intervenção.

A abordagem participativa também apresentaria limitações de caráter analítico que acabam gerando uma compreensão restrita das complexas forças sociais e políticas que estão em ação nas relações entre agricultores e agentes de desenvolvimento (GUIVANT,1997).

Segundo Long (1995), ainda que se convoquem os agentes de desenvolvimento a "escutar" o conhecimento local dos agricultores e a desenvolver estratégias alternativas desde baixo, ainda continuará existindo a contradição de que são agentes externos que têm a tarefa de fortalecer o balanço de forças na direção dos interesses locais.

Não desmerecendo o exaustivo trabalho realizado pelos autores na tentativa de entender a intervenção para o desenvolvimento a partir de uma análise construtivista e observar as possibilidade de conciliação entre a estrutura e ação, destaca-se que a essa abordagem não considera a relação entre sociedade e natureza que configuram os contextos de desenvolvimento rural, considerando apenas os elementos sociais.

Com relação ao processo de mediação, analisado pela perspectiva do ator como intervenção para o desenvolvimento, os autores discutem a formação do conhecimento, ou seja, do processo cognitivo, a legitimação e os conflitos sociais com base na teoria de Giddens e Focault. Embora tais teorias apresentem ampla repercussão teórico-prática, manifesta-se nítida preferência pela análise da capacidade dos atores sociais em detrimento da relação estabelecida no processo de intervenção.

2.2. A abordagem teórica da sociologia crítica

O trabalho desenvolvido por Pierre Bourdieu tem ampla influência nos estudos recentes sobre a mediação social, mas esta irradiação não oculta algumas críticas de que esta abordagem teórica é objeto.

A concepção de classes sociais desenvolvida por Bourdieu é considerada alvo de crítica por alguns autores como, por exemplo, Mendras e Touraine[4].

Mendras propõe uma visão cosmográfica da sociedade, como um céu onde as estrelas se ordenam em constelações diversas. Para esse autor, seria errôneo considerar que ainda existam classes sociais, no sentido entendido por Bourdieu. A noção de estrato social liga-se a uma abordagem empírica, enquanto a noção de classe social é uma noção teórica. Utilizar o termo estrato significa que os indivíduos que o compõem foram classificados segundo um critério qualquer que permite ordená-los.

Segundo Touraine a luta de classes é um conceito obsoleto e caduco, pois a passagem da sociedade industrial para pós-industrial se traduz por uma modificação dos conflitos, tanto dos móveis quanto dos atores. Os atores não são mais redutíveis a uma oposição entre duas classes, em contrapartida, diferentes movimentos sociais emergem. Os grupos sociais têm uma identidade própria e não se definem simplesmente por oposição às classes dominantes. Para Touraine, ao contrário do que afirma Bourdieu, as relações de dominação não bastam para explicar as diferenças sociais e culturais.

As críticas de Mendras e Touraine, no entanto, parecem um tanto obsoletas, focando maior preocupação com o conceito de classes sociais, definições que não prejudicam a análise das relações sociais permitida pelo enfoque teórico de Bourdieu, principalmente no que tange à mediação. Além disso, Bourdieu utiliza diversas categorias[5] para explicar a dominação.

A sociologia de Bourdieu também é acusada de não fornecer uma análise pertinente da mudança social, porque estaria centrada nos mecanismos e estratégias de reprodução, sendo a análise da mudança social excessivamente estática e negligenciadora da história.

Conforme Boudon, a teoria da reprodução negligencia o papel dos atores, adotando uma concepção passiva dos indivíduos. A teoria faz do indivíduo um simples produto da sociedade, uma espécie de fantoche animado por uma lógica social maior do que ele, ou seja, a estrutura. Mesmo que o conceito de *habitus* tente superar a oposição entre ator e sistema e conceda certa autonomia aos agentes sociais, o sentido da causalidade vai das estruturas para os indivíduos (BONNEWITZ, 2003).

Ainda sobre esta perspectiva teórica, alguns autores destacam que seu arcabouço teórico adotado é matizado de estruturalismo e de referências marxistas, além do uso de forma emblemática do conceito de *habitus*. O *habitus* seria onipresente e onipotente, estando ao mesmo tempo em toda e em nenhuma parte e não se sabe como ele é transmitido.

---

[4] As críticas sobre classe social feitas por Mendras e Touraine foram obtidas em BONNEWITZ (2003).

[5] São utilizadas as seguintes categorias: campo, *habitus*, capitais, violência simbólica, legitimidade, conflitos sociais, representação.

Definir a noção de *habitus* como onipotente e onipresente, além de mencionar a impossibilidade de compreensão de sua transmissão talvez tenha sido uma crítica demasiada, e também fundada na incompreensão da relação dialética estabelecida entre a estrutura e ação.

Considerar que a análise social é estática e negligencia a história é desconsiderar a existência da trajetória social e todos os mecanismos de dominação, violência simbólica e conflitos sociais amplamente discutidos pelo autor.

No entanto, destacar que o sentido da causalidade vai das estruturas para os indivíduos, talvez seja uma crítica pertinente, porque embora Bourdieu considere as estratégias dos agentes e suas diferentes formas de materialização, elas são orientadas pelo *habitus*.

2.3. A teoria do Ator-Rede (ANT)

A abordagem do ator-rede recebe várias críticas por diversos motivos, pois além de representar o "novo", propõe uma ruptura epistemológica.

Latour é acusado de eliminar as estruturas materiais e ideais que configuram a ação e fixar-se nas práticas que performam o mundo, associando humanos e não-humanos em um tecido sem costura e sem fim que cobre o mundo. Para Latour (1984, p. 177) "nada se reduz a nada, nada se deduz de nada do outro, tudo pode se aliar a tudo". Portanto, na ANT nada é dado, pois tudo pode ser desconstruído, o mundo não é uma totalidade de fatos, mas uma concatenação infinita, concreta e quase viva de humanos e não-humanos, que se co-constituem, construindo um mundo em comum. Dessa forma, a ANT, desconhecendo a diferença e a alteridade, reduz tudo à unidade e à identidade (VANDERBERGE, 2007).

O universo científico aparece como os outros universos, talvez demasiado como os outros. A posição relativista da noção de verdade científica suscita críticas ferrenhas e se coloca como o ponto mais frágil dos trabalhos da ANT, desde o ponto de vista metodológico, conforme Hernández. Para alguns sociólogos o problema consiste em eliminar as rupturas sobre o mundo que eles mesmos criaram. Os métodos de hibridação (Latour) e tradução (Serres) seguem sendo dualistas e parecem que serão necessários novos esforços para elaborar um método de trabalho mais de acordo com a teoria que não seja "cautiva" das rupturas epistemológicas tradicionais (HERNÁNDEZ, 2003).

Antropomorfizando os objetos a todo custo, Latour não comete somente um erro de categorias, para não dizer um erro ontológico, arriscando-se a ofender humanos e humanistas em particular, mas ele reduz também os objetos a simples coisas utilitárias e instrumentais (VANDERBERGE, 2007). A indistinção operada entre humanos e não-humanos e objetos e sujeitos não permite dar conta das especificidades dos comportamentos humanos.

Vanderberge ainda prossegue na crítica destacando que o A de ANT indica correspondência com uma teoria da ação. Contudo, devido a insistência dos autores na interobjetividade, assim como na dessimbolização da realidade, descentram a tal ponto o sujeito que se pode perguntar se esta abordagem ainda permanece no âmbito da teoria da ação pragmática na qual ela se inspira, pois extirpa os resíduos humanista até a raiz.

2.4. As potencialidades das abordagens teóricas propostas

O enfoque orientado ao ator objetiva explicar e entender as respostas diferenciais e as experiências vividas pelos atores sociais diversamente localizados e afetados a circunstâncias estruturais similares e a condições que pareçam relativamente homogêneas, e compreender os projetos de desenvolvimento, desde sua concepção até sua realização.

A perspectiva do ator desenvolve conceitos básicos e apresenta pedras angulares que permitem uma compreensão mais ampla e completa do enfoque. Além disso, Long faz esforço para tornar mais concreta à discussão teórica, demonstrando análises empíricas baseadas em estudos que procuram conciliar a teoria e a prática, principalmente, em contextos latino-americanos. O objetivo do autor é apresentar um telão de fundo reflexivo útil para compreensão de seus argumentos teóricos.

Long e Ploeg apresentam críticas aos modelos de intervenção que são aplicados de cima para baixo, através de projetos desenvolvidos por agências de desenvolvimento com objetivos definidos e esperados e aplicados por agentes de desenvolvimento, como por exemplo extensionistas.

É necessário esclarecer dois pontos. Primeiro, os autores criticam as formas de intervenção mais do que a própria intervenção. Segundo, defendem que o desenvolvimento, sendo um processo multifacetado, multi-ator, multi-nível, multidimensional, multissetorial permite ampla forma de objetivação, pois sua heterogeneidade e diversidade admitem diversas possibilidades, não excluindo e sim valorizando novos diálogos, redes, produtos, instituições, capitais ecológicos, sociais e culturais.

Long e Ploeg são a favor da compreensão da sociedade desde baixo, da documentação da situação cotidiana micro e prática social. Eles não aconselham o esquecimento ou negligência das questões macro, mas o cuidado de verificar que muitas situações macro dependeram de escolhas, estratégias e ações micro. Eles salientam que não há uma predefinição dos acontecimentos, determinismo histórico, mas que a história é construída a partir dos conflitos de interesses entre os diversos mundos de vida.

Conforme os autores, a compreensão da intervenção como um plano ou projeto com limites claros no tempo e no espaço, com objetivos pré-definidos por instituições e aplicados por agentes de desenvolvimento limita o desenvolvimento rural, porque a sua gênese está dentro das próprias comunidades, dentro dos grupos e das redes rurais. O desenvolvimento não é algo que vem de fora e que se concretiza através de projetos. Os grupos locais possuem seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades, motivações. A importância está em entender o mundo de vida dos locais, as alternativas e soluções estão nos seus estilos de vida, formas de vivência e na sua valorização, compreensão, potencialização e estimulação.

Portanto, não se trata de substituir políticas *top down* por políticas *buttom up*, mas redefinir e reorientar o olhar sobre o rural, considerando as interfaces, os jogos de poder, as arenas, os domínios, as redes, etc.

Há necessidade de compreensão do tema do desenvolvimento rural. É urgente que se quebrem *tabus*. Somente o entendimento do processo multifacetado, a percepção dos elementos de continuidade e de mudança e da multitude de estilos de agricultura permitirá a valorização da arte da agricultura. Conforme as palavras de Ploeg et al. (2000, p. 40): "*It can be fully explored and elaborated or it can be neglected and ignored. There is a world to win, but also a world to loose*[6]". Tudo depende da atitude tomada frente ao processo que se delineia.

Na sociologia crítica, Bourdieu desenvolveu uma teoria construtivista das práticas de reprodução social, uma teoria total sobre o mundo social, capaz de superar, ou melhor, de eliminar a antinomia da ação e da estrutura, integrando dialeticamente a ação e a estrutura, o *habitus* e o campo, em um mesmo sistema de reprodução, superando, assim, a oposição entre o subjetivismo e objetivismo.

A abordagem teórica bourdiana pode ser denominada de estruturacionista[7], porque mostra o modo como a sociedade constitui o indivíduo, ao mesmo tempo em que o indivíduo constitui a sociedade. Bourdieu critica e reformula o estruturalismo, acusa-o de ignorar o sentido que os agentes conferem às suas ações, sentido este que orienta as suas práticas. Além disso, Bourdieu acrescenta a noção de estratégia, considerando que os agentes sociais têm capacidade de enfrentar situações imprevistas e constantemente renovadas e estabelecer relações entre os meios e os fins, adquirindo bens raros nos diversos campos sociais.

Na abordagem do autor é possível verificar os mecanismos que estão por trás das relações sociais, assim como a dominação, vista como natural, ou seja, naturalizada pelos próprios dominantes. Retirar o véu (desvelar) e entender como essas relações se estabelecem não pode ser considerado como algo determinista, nem como recusa a consideração da liberdade dos agentes sociais.

Se Bourdieu desconsiderasse a capacidade dos agentes ele não os representaria dentro de um campo com dois pólos: dominantes e dominados. Não se pode considerar agentes vazios, aqueles aos quais se pode exercer a violência simbólica. E também, não se restringe aos dominantes esta capacidade de exercer a violência simbólica; o que ocorre é que em determinados campos e possuidores de *habitus* específicos, as estratégias e as ações dos agentes se diferenciam; aquilo que é interessante dentro de um jogo para alguns pode não ser para outros, dependendo do sentido do jogo.

É justamente a compreensão da dialética entre o *habitus* e o campo que permite o entendimento das ações dos agentes. Considerar a existência de um *habitus*

---

[6] Isso pode ser explorado e elaborado ou pode ser negligenciado e ignorado. Há um mundo a ser ganho, mas também um mundo a ser perdido (livre tradução).

[7] Os princípios fundamentais do enfoque estruturacionista são: a substituição do determinismo estrutural tanto quanto do voluntarismo individualista através de uma síntese dialética que considere os agentes sociais não só procurando reconstituir a estrutura, mas também a transformando; a construção de uma série de conceitos que mediam as relações entre a estrutura e a ação; a análise da consciência prática dos atores, isto é, do conhecimento tácito que o ator pode utilizar, mas que não é capaz de formular no discurso; e a consideração do tempo e do espaço como elementos centrais de toda interação social (FLORIT, 1998).

não congela, nem determina como os agentes agirão, apenas orienta, e às vezes, condiciona determinadas ações.

Contudo, há limites para a ação dos agentes, tais como: limites objetivos, como a estrutura e o volume de capitais e limites subjetivos como a história incorporada. Por isso, o conceito de trajetória está no centro do pensamento de Bourdieu, pois reconstrói a cadeia de causa e efeito: "a história nos faz como sujeitos". Os agentes sociais são basicamente lógicos. A lógica só é lógica enquanto a lógica for prática. Lógica incorporada é a reação prática adequada (*habitus*).

A multiplicidade e a heterogeneidade da relação entre agentes de desenvolvimento e agricultores são construídas a partir de relações personalizadas, do contato face a face, de relações de reciprocidade, de expectativas mútuas, de relações amistosas e hostis, de confianças e desconfianças, de sonhos, de projeções e de decepções. O conhecimento e a compreensão da mediação permite o descortinar de relações que precisam ser entendidas caso se deseje um processo de verdadeira interação e interface entre extensionistas e agricultores. Através da concepção teórica bourdiana é possível verificar o processo de mediação e entender os discursos e práticas que os legitimam.

Já a abordagem teórica de Latour e colaboradores apresenta várias contribuições para o estudo da ciência: a introdução dos objetos no interior do nosso campo de investigação e a recusa às fronteiras rigidamente construídas pela modernidade entre as ciências naturais e humanas.

Latour redefine o próprio objeto de investigação da sociologia das ciências que, ao invés de ser a construção social, passa a ser a sócio-natureza. Não existe, portanto, natureza de um lado e cultura de outro, mas apenas naturezas-culturas, assim este enfoque teórico promove uma modificação epistemo-ontológica da ciência, desafiando o mundo científico, pois ao mesmo tempo que a sociedade constrói o conhecimento científico, a sociedade é construída pelo conhecimento científico. Portanto, a ANT revela os meios para compreender como são tecidas as redes que performam este mundo, além de promover rupturas com pilares de sustentação do Projeto Moderno, no qual a ciência bebe e fundamenta-se há tantos anos. Por isso, não poderia se esperar reação distinta para tamanha mudança.

A ANT permite o reconciliamento entre modernização e tradição o que torna compatível a ação individual e coletiva, permitindo a convivência pacífica entre humanos e as coisas criadas pelos humanos.

A proposta ligada a sociologia da tradução latouriana permite pensar a articulação entre a ciência, a técnica e a sociedade a partir do enfoque da redes sócio-técnicas, que além de original, permitem acentuar a ação, o trabalho de fabricação e transformação presente nas redes, não reduzindo-a à idéia de vínculo. O enfoque das redes sócio-técnicas pode ser uma importante ferramenta de análise, porque permite entender como complexas e heterogêneas relações sociais, diferentes interesses e concepções estão em disputa, além de permitir uma análise unificada entre o social e o natural.

3. UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS ENFOQUES TEÓRICOS

As três abordagens teóricas permitem capturar as complexas dimensões envolvidas na transformação do conhecimento nos processos de desenvolvimento rural. A perspectiva do ator e a abordagem teórica de Bourdieu permitem desmistificar os pressupostos que permeiam as propostas de desenvolvimento rural e os discursos que as legitimam, enquanto que a ANT apresenta uma nova abordagem da relação sociedade/natureza, permitindo a quebra das dicotomias, considerando a proliferação de híbridos e a existência de redes sócio-técnicas, características que levam a pensar o desenvolvimento rural sob uma nova epistemo-ontologia.

As abordagens teóricas apresentadas baseiam-se em pressupostos teóricos distintos. A perspectiva voltada ao ator tem seu foco no indivíduo, mas considera o plano macro estrutural; o marco teórico de Bourdieu tem como "pano de fundo" a estrutura, mas considera as estratégias dos agentes; e a teoria do ator-rede, a partir da Sociologia da Tradução, segue os atores na construção de seus mundos, explicando todos os pontos de vista conflitivos envolvidos nas negociações da configuração das redes. Contudo, uma análise pormenorizada através de um exercício comparativo permite verificar que elas aproximam-se muito mais do que aparentemente demonstram, considerando que muitos conceitos são usados para designar o mesmo fato, apenas utilizado com nomes distintos.

Um contraponto interessante pode ser verificado na diferença básica entre a concepção teórica bourdiana e a perspectiva do ator é que nesta última os atores refletem sobre as ações, são capazes de ter consciência sobre o que fazem. Em Bourdieu, os atos devem ser explicados, eles não se explicam por si só, não há consciência do que de fato move os atores.

As três teorias concordam que o conhecimento é construído socialmente, não sendo considerado como uma simples acumulação de fatos, mas abrangendo diversas formas de construir o mundo, podendo, assim, serem definidas como abordagens construtivistas. O conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam e imputam significados a suas experiências, o que vale tanto para o que usualmente se entende por conhecimento científico e leigo (conhecimento local), ainda que com diferenças nos procedimentos de validação. A dicotomização entre conhecimento científico e local é uma visão simplificada, pois este último é um híbrido que apresenta uma heterogeneidade de manifestações, uma combinação de elementos naturais, sociais e técnicos. O conhecimento, pois, é construído heterogeneamente.

A concepção teórica da sociologia crítica de Bourdieu foca a análise nas relações de poder e na dominação (violência simbólica), enquanto a ANT destaca as alianças e conflitos na configuração das redes e a perspectiva voltada ao ator privilegia as situações de interface e as situações de confronto.

As três teorias quebram com as análises dicotômicas, tais como: micro *versus* macro, ator *versus* estrutura, global *versus* local, procurando integrar estes planos analíticos. A ANT vai ainda mais longe quando lança a interligação sociedade/natureza e a simetria generalizada para análise de humanos e não-humanos e demais dicotomias.

No que tange à relação sociedade/natureza, a perspectiva voltada ao ator e a concepção teórica bourdiana não tratam especificamente do tema.

A perspectiva do ator utiliza o conceito de agência, não havendo espaço para ação ou negociação coletiva entre a natureza e a vida social. A natureza é meramente um "cipher" da intencionalidade e prática humana. Em resumo, neste domínio do discurso, somente uma voz é ouvida.

A formulação de Van der Ploeg está fundada na especificidade do processo de trabalho agrícola, na diversidade e na heterogeneidade dos modelos de organização agrícola ou estilos de agricultura. Não há lugar para uma natureza agrícola nem para outros não-humanos nesta (re)negociação. Assim, Ploeg considera a produção agrícola como uma forma específica de práticas sociais, onde o ecossistema local entra meramente como uma categoria descritiva ou uma dimensão morfológica dos estilos agrícolas (GOODMAN, 1999).

A natureza, nesta perspectiva, o ecossistema é simplesmente a *mise en scène* para o teatro humano em que projetos são autonomamente planejados e contestados. Com esta preocupação exclusiva com a categoria social, a sociologia rural da perspectiva orientada ao ator é profundamente enraizada na separação ontológica da natureza e sociedade.

Na abordagem bourdiana não há referências sobre a relação sociedade/natureza, pois o quadro desenvolvido pelo autor concentra-se nas relações sociais, desenvolvendo uma teoria para o mundo social e analisando as situações de dominação simbólica.

Um possível caminho para o impasse dessa polaridade ontológica é oferecida pela ANT, que rejeita a noção de categoria da natureza e da sociedade e propõe de fato uma estrutura em que esta interação é contextualizada em termos heterogêneos de associações coletivas de elementos na natureza e do mundo social.

Essas entidades produzidas pela interação são denominadas híbridos de natureza e de cultura ou quase-objetos, quase-sujeitos que são reunidos no ator-rede. As redes diferem em tamanhos, escopo e poder, mas todas obedecem ao princípio de simetria que significa ser co-produzido na natureza e na sociedade. A ANT cria uma perspectiva analítica e ética da interação sociedade/natureza.

Apesar da ausência de discussões sobre a relação sociedade/natureza na perspectiva do ator e na abordagem bourdiana, a primeira distinguiu-se da última uma vez que os autores (Long e Ploeg 1992) assumem uma posição que reconhece que o ambiente não é somente uma representação simbólica e lingüisticamente mediada, mas também a criação da atividade humana[8]. As condutas humanas afetam o ambiente, obrigando-nos a considerar não só os problemas socialmente construídos, mas também a transformação material da natureza.

A natureza se apresenta como uma condição objetiva na medida em que preexiste aos sujeitos, e estes precisam se adequar a ela para a realização de suas atividades vitais. A natureza mostra seu caráter estruturador dos sujeitos, já que estes são coagidos à adequar-se a ela e, ao fazê-lo, se adaptam também ao conjunto de

[8] A construção social do ambiente possui dois elementos claramente distinguíveis, um físico e outro cognitivo, isto é, redesenhamos nossos ambientes tanto física quanto cognitivamente.

condições que impõem um ambiente natural. A relação entre os agentes sociais e a natureza é uma relação sem determinismos, porém, de mútua imbricação.

Para Long e Long (1992), os atores deixam de ser considerado "recipientes vazios", passando a considerá-los ativos participantes do desenvolvimento, que processam informação, constroem estratégias e negociam tanto com atores locais quanto com instituições externas. Os diferentes agricultores ou categorias de agricultores orientam-se por diversos interesses, objetivos e experiências. O resultado de todo este mosaico de práticas se refletiria na heterogeneidade da agricultura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para analisar o processo de mediação há que se considerar a heterogeneidade do conhecimento e os problemas relativos ao poder que permeiam as relações entre agricultores e mediadores.

A análise da mediação social sem a utilização da teoria bourdiana ficaria incompleta, pois este é o autor que melhor explica essa relação, tratando da dominação, da violência simbólica, da representação, da legitimação, dos conflitos sociais. Bourdieu constrói uma teoria para dar conta das relações sociais e da reprodução.

No que tange à mediação social, o enfoque da sociologia crítica demonstra-se adequado, apresentando categorias e conceitos para análise deste tema. No entanto, destaca-se que o conceito de campo poderia ser substituído com melhor aproveitamento analítico pelo de arena para o estudo da intervenção social para o desenvolvimento.

A perspectiva do ator, apesar de apresentar-se em distinta corrente sociológica, se comparada com a perspectiva bourdiana aproxima-se muito mais do que aparentemente demonstra. No fundo, ambas as teorias analisam as relações sociais de forma similar, mas utilizando correntes distintas e, portanto, categorias e conceitos distintos, o que as afasta e dificulta o diálogo entre elas, pois a forma metodológica de observar o objeto é diferente.

Contudo, acredita-se que seja possível uma aproximação dessas abordagens, sem maiores rupturas, no tocante às práticas e estratégias dos agricultores. Questões discutidas de forma pormenorizada pela perspectiva voltada ao ator e que poderiam ser incorporadas à concepção teórica bourdiana sem prejuízos analíticos.

Quanto à concepção de natureza e a relação sociedade/natureza, a ANT é a teoria que se destina a explicação desta relação, mas apresenta uma quebra, uma ruptura epistemo-ontológica com as demais concepções aqui analisadas, não sendo possível sua utilização de forma total ou conjuntamente com as demais abordagens.

A análise da mediação, a partir da sociologia da tradução foca-se na mediação técnica, o que talvez para análise da mediação social deixe a desejar, enquanto o enfoque crítico explora estes aspectos de maneira exaustiva.

Portanto, destaca-se que as três concepções teóricas se prestam para a análise da mediação. A utilização conjunta das teorias permitiria completar a análise na medida em que a deficiência de uma teoria seria superada pela introdução de outra. No entanto, tal união, talvez não seja possível. O problema maior estaria na utilização de abordagens com pressupostos metodológicos distintos e até contraditórios, que levam à observação do problema de forma distinta, tornando incompatível o olhar sobre o objeto.

Por fim, é importante salientar algo que já parece lugar-comum: não existe teoria perfeita, as teorias vão sendo substituídas e/ou qualificadas para explicar os fatos. Um novo fato pode promover a rejeição ou reformulação das teorias existentes, ou, ainda, pode provocar o surgimento de novas teorias. Em outras palavras, não há uma perspectiva que esgote o tema da mediação, existindo vários enfoques que, em complementaridade, poderão ser utilizados para a compreensão deste tema e, talvez, a construção de um arcabouço teórico-metodológico que encerre categorias e conceitos das diversas abordagens de forma coerente e lógica permita o descortinar das relações que permeiam o processo de mediação. O momento é intrigante, crítico e excitante, porque há espaço para novas formas de pensar que poderão colaborar e engrandecer o debate, mas que exigem uma postura aberta à compreensão de diferentes aspectos.

5. REFERÊNCIAS

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 149 p.

BOURDIEU, P. A **Economia das Trocas Lingüísticas:** o que falar quer dizer. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 1998 (pp 81-128)

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996. 223 p.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/Lisboa: Editora Bertrand, 1998. 309 p.

BOURDIEU, P. **O campo econômico:** a dimensão simbólica da dominação. Campinas, SP: Papirus, 2000. 119 p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 158 p.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2004. 361 p.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 747 p.

BOURDIEU, P. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 431 p.

GOODMAN, David. Agro-Food Studies in the 'Age of Ecology': nature, corporeality, bio-Politics. **Sociologia Ruralis**, vol 39, n1, 1999, p. 17-36.

GUIDENS, A . **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GUIVANT, Julia. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Embrapa, Brasília, v.14, n. 3, set/dez, 1997, p. 411-448.

GUIVANT, J. S. Os debates entre realistas e construtivistas sociais na sociologia ambiental: implicações para o desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL - ALASRU, 6., 2002, Porto Alegre. **Anais... .** Porto Alegre: ALASRU, 2002. p. 01 - 13.

HERNÁNDEZ, A. A. La sociología de las ciencias y de las técnicas de Bruno Latour e Michel Callon. **Cuadernos Digitales**: publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales, Universidad de Costa Rica, v. 8, n. 23, p.01-12, nov. 2003. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c-23his.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2007.

LATOUR, B. **Políticas da natureza:** como fazer ciência na natureza. Traduzido por Carlos Aurélio Mota de Souza. Bauru, SP: EDUSC, 2004. 412 p. (Coleção Ciências Sociais).

LATOUR, B. **A esperança de Pandora:** ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Traduzido por Gilson César Cardoso de Sousa. Bauru, SP: EDUSC, 2001. 372 p. (Coleção Filosofia e Política).

LATOUR, B. **Ciência em ação:** como seguir os cientistas e engenheiros sociedade afora. Traduzido por Ivone C. Benedetti; revisão de tradução por Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 438 p. (Biblioteca básica).

LATOUR, B. **A profissão de pesquisador:** olhar de um antropólogo. Traduzido por Pedro Vieira Abramovay. Paris: INRA, 1995. 43 p. (Coleção "Sciences en questions").

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos:** ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 152 p. (Coleção TRANS).

LATOUR, B. Dadme un laboratorio y levantaré el mundo. Traduzido por Marta I. González García. In: KNOOR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Eds.). **Science Observed:** Perspectives on the Social Study of Science. London: Sage, 1983. p. 141-170. Tradução de Give Me a Laboratory and I will Raise the World. Disponível em: <http://www.oei.es/salactsi/latour.htm>. Acesso em: 06 mar. 2007.

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAÚJO, H. R. **Tecnociência e cultura:** ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 91-125.

LATOUR, Bruno. Réponse aux objections. **Revue du MAUSS**. 17. Chassez lê naturel...: écologisme, naturalism et constructivisme. Paris: La Découverte, 2001. 439 p. p. 137-152.

LONG, N. **Development sociology**: actor perspectives. London and New York: Routlege, 2001. 293 p.

LONG, N. **Introdução à sociologia do desenvolvimento rural**. RJ: Zahar, 1982. 237 p.

LONG, N. En búsqueda de un espacio para el cambio. Una perspectiva sobre la sociologia del desarrollo**. Tiempos de Ciência. Revista de Difusión científica de la Universidade de Guadalajara.** 1988, (abril- junio), p. 1-10.

LONG, N. From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development. In LONG, N. & LONG, A. **Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London and New York, 1992, 300 p., p. 16-45.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In BOOTH, D. **Rethinking Social Development theory, research and practice**. England, Longman Scientific & Technical, 1994, p. 62-90.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. **Sociologia Ruralis**, Vol XXIX, 1989, p. 226-249.

LONG, N. e PLOEG, J. D. Reflections on Agency, ordering the future and planning. In FLERKS, G. & OUDEN, J. (ed). **In search of the middle Ground: essays on the Sociology of planned development**. Wageningen Agriculture University, 1995, 238 p.

NEVES, D. P. **Assentamamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis**. Niterói: EDFF, 1997, 436 p.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In. Damasceno, A . D. & Brandenburg, A . (org). **Para pensar uma outra agricultura**. Curitiba: Ed UFPR, 1998. 275 p.

NEVES, D. P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana**. Niterói: EDFF, 1997, 383 p.

NEVES, C.E.B. & CORRÊA, M.B. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre: UFRGS. v 9, 1998. 200 p.

NEVES, C. E. B. e CORRÊA, M. B. Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. **Cadernos de Sociologia**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 9. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.199 p.

OLIVEIRA, V, L. **A impossível simetria: distinção, dependência e poder na relação entre agricultores e mediadores sociais**. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado. PPGDR. UFRGS, 2004. 207 p.

PLOEG, J. D. Rural Development: form practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

PLOEG, J. D., LONG, N., BANKS, J. (ed) **Living countrysides: rural development processes in Europe the state of the art**. Elsevier: Netherlands, 2002, p. 8-17.

PLOEG, J. D. **Markets and agricultural production**. Boulder: Westview, 1990.

PLOEG, J. D. and RENTING, H. Impact and potential: a comparative review of European rural development practices. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, 40 (4): 529-543, 2000.

SARDAN, J. P. O. de. Anthropologie e développement: essai en socio-anthropologie du changement social. Paris, APAD- Karthala, 1995. 221 p.